



Revelação

Um aspecto crucial no relacionamento entre o Criador e a criatura é a questão do conhecimento. Não podemos nos relacionar com alguém que não conhecemos. Para que haja relacionamento é preciso haver conhecimento, é preciso que haja um desvelar-se de um para o outro. Entre o Criador e a criatura não é diferente. Deus criou o homem e se mostrou a ele, abrindo-se para o relacionamento. No entanto, com a queda, abriu-se o grande abismo do pecado entre o Criador e a criatura, de maneira que embora o conhecimento de Deus a respeito do homem tenha continuado o mesmo, o conhecimento da criatura a respeito do Criador foi corrompido e obscurecido pela queda.

Esta questão do conhecimento que nós podemos ter de Deus para nos relacionarmos com o Eterno compõe o tema da Revelação. Com a queda a mente e o coração do homem se tornaram embrutecidos para o conhecimento de Deus revelado na criação. Tanto a criação foi engolida pelos efeitos do pecado quanto a mente do homem se tornou corrompida e indiferente a Deus. Dessa forma não seria mais possível o homem criado reconhecer claramente seu Criador nas obras da criação, como bem destaca Berkhof.¹ Dessa forma, a beleza da criação se tornou insuficiente para comunicar a beleza e poder do Criador a criatura. Como poderia o homem se relacionar com Deus sem conhecê-lo? Para que Deus pudesse cumprir seu plano de levar o homem de volta para casa, teria de revelar a si mesmo ao homem, se mostrar de forma especial. Chamamos esse mostrar-se de Revelação.

Revelação é o fato de que “Deus removeu o véu que o cobria se expôs a vista. Em outras palavras, Ele tem de alguma maneira comunicado ao homem o conhecimento de si mesmo, abrindo-lhe o caminho para conhecê-lo, adorá-lo e viver em comunhão com ele”.²

A primeira revelação que Deus fez de si mesmo foi comunicar quem ele é por meio de sua criação, incluindo o homem. Os teólogos chamam essa revelação de natural e/ou geral. Esta revelação é natural no que diz respeito a maneira como Deus se revela: “A revelação natural é comunicada pelos fenômenos da natureza, incluindo a própria constituição do homem. Não é uma revelação dada em palavras, mas incorporada em fatos que falam por volumes”.³ Esta mesma revelação é geral no que diz respeito a natureza e objeto da revelação, pois está em toda a criação e é endereçada a todos os homens. “A revelação geral está radicada na criação e nas relações gerais de Deus para com o homem, é dirigida ao homem como a criatura portadora da imagem de Deus”.⁴ O Salmo 19 é talvez o texto mais clássico das Escrituras sobre a revelação geral.

No entanto, essa revelação natural e geral se tornou insuficiente para o conhecimento pleno de Deus por causa do pecado humano e da corrupção da criação. O homem se tornou indiferente a Deus e agora a “revelação geral não mais transmite ao homem um conhecimento de Deus e das coisas espirituais absolutamente digno de confiança, não é corretamente entendida pelo homem nem é capaz de restaurá-lo a comunhão de Deus”.⁵

A Confissão de Fé de Westminster coloca nos seguintes termos: “Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestam de tal modo a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, todavia não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade, necessário à salvação” (CFW, Capítulo 1, Artigo 1). O texto de Paulo em Romanos 1 deixa claro esse aspecto.

O resultado é que o conhecimento que podemos ter de Deus a partir da revelação geral é “limitado tanto em termos de profundidade quanto de alcance”,⁶ como destaca Alister McGrath. Devemos ter em mente que grandes pensadores como Platão e Aristóteles formularam reflexões muito interessantes sobre a existência de uma divindade apenas por meio da revelação natural. Suas percepções, no entanto, demonstram a limitação de tal revelação. Isso suscita a grande questão a respeito da revelação: “Como podemos conhecer a Deus?”.⁷

¹ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.30,31

² BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.26

³ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.27

⁴ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.27

⁵ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.33

⁶ MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005, p.245

⁷ MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005, p.245

A fim de suprir a insuficiência da revelação geral, o Eterno revelou a si mesmo de uma maneira especial. Esta revelação é sobrenatural com relação a maneira como Deus se revela: “A revelação sobrenatural, por outro lado, é aquela em que Deus intervém no curso natural dos acontecimentos [...] É ao mesmo tempo verbal e fatural, na qual as palavras explicam os fatos e os fatos ilustram as palavras”.⁸ Esta revelação é especial no que diz respeito ao objeto e propósito da revelação, pois não é dada a todos os homens nem vem por meio de todos os meios: “A revelação especial, por outro lado, está radicada na obra redentora de Deus, endereçada ao homem como pecador e adaptada as necessidades morais e espirituais do homem decaído e visa levar o pecador de volta para Deus através do conhecimento específico do seu amor redentor revelado em Cristo Jesus”.⁹

Dessa forma, “ao lado da revelação geral na natureza e na história temos uma revelação especial, que está agora incorporada na Escritura. A Bíblia é, por excelência, o livro da revelação especial”.¹⁰ A CFW nos ensina que “Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se, agora, todos os livros do Velho e do Novo Testamentos, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática” (CFW, Cap. 1, Art. 2). Berkhof destaca que a revelação, tanto geral quanto especial, é uma matéria de fé, pois tanto o ateísmo nega a revelação geral quanto o deísmo e o liberalismo teológico negam a revelação especial.¹¹

É importante a ressalva de McGrath de que “em sentido mais elaborado, o conceito de ‘revelação’ não significa mera transmissão de um conjunto de conhecimentos, mas sim a manifestação pessoa de Deus na história”.¹² Isso implica dizer que o alvo da revelação não é que possamos simplesmente conhecer a Deus de forma cognitiva, compreendendo alguns conceitos sobre quem Ele é. A informação não é o fim, mas um meio. Deus se revela para que possamos nos relacionar com Ele por meio de Cristo, sua revelação máxima por meio da encarnação. James I. Packer nos lembra que “ao estudarmos Deus, devemos procurar ser conduzidos a Ele. A revelação nos foi dada com esse propósito e devemos usá-la com essa finalidade”.¹³ Outro conceito importante é de que “a revelação divina não liquida o mistério de Deus”,¹⁴ pois a revelação não esgota quem Deus é, embora seja adequada, segura, confiável e suficiente para que possamos nos relacionar com Ele em amor.

Inspiração

Deus se revelou por meio do registro das Sagradas Escrituras. No entanto, esta questão suscita algumas perguntas importantes: “De que maneira exatamente o Espírito de Deus trabalho em conjunto com os autores a fim de inspirar os escritos sagrados? Quando fazemos essa pergunta, levantamos a questão da inspiração”.¹⁵

Deus inspirou os autores bíblicos, ou, utilizando a expressão de 2Timóteo 3.16, Deus expirou nos autores o texto bíblico (o termo grego é ‘*theópneustos*’, que significa “expirado por Deus”¹⁶), mas como isto aconteceu? Existem quatro posições clássicas que procuram explicar a relação entre a ação humana e a divina no processo da inspiração.

A primeira é a posição neo-ortodoxa, do séc. XX, defendida por Karl Barth e Emil Brunner. Nesta perspectiva as Escrituras não são, mas contêm e testemunham da palavra de Deus, pois a Palavra de Deus é a revelação experiencial que Deus fez de si mesmo aos homens do passado. Quando Deus se revela a nós de maneira experiencial pela Escritura, então ela se torna Palavra de Deus para nós. A segunda é a teoria do ditado verbal ou teoria mecânica, na qual Deus dita cada palavra ao autor bíblico, desprezando assim o fator humano. A terceira é a teoria da inspiração limitada ou geral, na qual Deus inspira os pensamentos dos autores mas as palavras por eles utilizadas. Esta posição concebe que com relação ao fator humano texto pode conter erros em aspectos não essenciais, de maneira que a mensagem nuclear das Escrituras permaneça preservada. Uma posição semelhante a essa e muito interessante é a do filósofo judeu Abraham J. Heschel, na qual Deus compartilha seus sentimentos, seu sofrimento (*pathos*) com os profetas e eles traduzem esses sentimentos em escritos.¹⁷ Por fim, a posição da inspiração verbal-plenária, na qual o Espírito Santo interagiu com os autores humanos na confecção do texto. Dessa forma, cada palavra é inspirada por Deus (verbal), embora Deus tenha respeitado o estilo e momento de cada autor, e toda a Escritura é Palavra de Deus (plenária). Isso equivale a dizer

⁸ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.27

⁹ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.27,28

¹⁰ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.33

¹¹ BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.28

¹² MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005, p.247

¹³ PACKER, James Innel. *O Conhecimento de Deus*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1984, p.15

¹⁴ MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005, p.246

¹⁵ ARNOLD, Bill T. ; BEYER, Bryan E. *Descobrendo o Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristão, 2001, p.24

¹⁶ MYERS, ALLEN C.: *The Eerdmans Bible dictionary*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing, 1987, p.525

¹⁷ HESCHEL, Abraham J. , *The Prophets*, Vol. II; New York: Harper and Row, 1962. p. 266

que toda a Escritura é inspirada por Deus, de maneira que os teóricos que sustentam a teoria verbal-plenária costumam também defender a posição de que as Escrituras são inerrantes em todos os sentidos.¹⁸

A inspiração está na raiz do movimento que dá origem às Escrituras. A comunidade primitiva recebeu os livros que vieram a compor o Novo Testamento como inspirados por Deus. Desta forma os livros autoritativos eram inspirados em um sentido fundamental e restrito que outros escritos não possuíam.

Segundo Dodd, “não há dúvida de que como um todo, os livros canônicos permanecem em um plano superior espiritual, intelectual e esteticamente” (HOWLEY; BRUCE; ELLISON, 1969, p.16, tradução nossa). Foi ao reconhecer nestes livros essas características inerentes que a comunidade de fé antiga os celebrou como Palavra de Deus, Palavra Inspirada por Deus (THIELMAN, 1983, p.404).

Por isso, como afirma Berkhof, a tradição reformada insiste em afirmar que o princípio controlador de toda a Hermenêutica Sagrada deve ser o reconhecimento de que Bíblia é divinamente inspirada (2004, p.33).

Ao detalhar a Inspiração, Berkhof afirma que a inspiração é:
A influência sobrenatural exercida pelo Espírito Santo sobre os escritores sagrados, em virtude da qual seus escritos receberam autenticidade divina e constituem uma regra infalível e suficiente de fé e prática (2004, p.34).

A Inspiração é a gênese das Escrituras, que, segundo Warfield, “foram produzidas pelo sopro criativo do Altíssimo” (HOWLEY; BRUCE; ELLISON, 1969, p.19, tradução nossa), tanto o Antigo quanto o Novo Testamento.

No entanto, alguns eruditos clamam que a Inspiração não era um critério usado pela Igreja Primitiva para se decidir sobre qual deveria ser a lista estável e final do Canon. Outros eruditos ainda afirmam que o próprio Canon foi apenas uma resposta ortodoxa ao movimento de Marcião e seu “Canon paulino”¹⁹.

Logo, o Canon não é apenas uma resposta a Marcião e não foi moldado sem o critério da Inspiração. Clemente fala de Paulo como estando cheio do **ale,theiaj pneumatiko,j** (Espírito da verdade). Orígenes afirma que:

Todos que lerem as Escrituras sentirão um traço de sua Inspiração divina e serão convencidos por seus próprios sentimentos que as palavras não são composição do homem (THIELMAN, 1983, p.405, tradução nossa).

Portanto a autoridade das Escrituras do Novo Testamento está fortemente arraigada na Inspiração do Espírito Santo e na autoridade do próprio Jesus, manifesta diretamente sobre a tradição apostólica. Jesus é a Palavra Encarnada sobre a qual a tradição dos apóstolos e da igreja primitiva se firma como autoritativa.

Se o Novo Testamento é Inspirado por Deus através da ação do Espírito Santo e tem sua autoridade firmada na pessoa de Jesus Cristo, então finalmente podemos afirmar que a sua forma é o Canon. Ou seja, o Canon é o formato dentro do qual Inspiração e Autoridade se combinam nos livros que foram reconhecidos e listados pela igreja.

Testemunhas

Deus inspirou os autores bíblicos na escrita dos chamados autógrafos. Mas esses autógrafos não existem mais, o que chegou até nós foram cópias desses textos. Essas cópias são confiáveis? Como podemos saber se partes importantes da mensagem original não foram mudadas tendo em vista más intenções?

Com relação ao processo de transmissão dos escritos do Antigo Testamento, a cópia dos textos foi feita por escribas. Eles eram profissionais que recebiam educação para escrever e eram reconhecidos por sua fidelidade no registro da cópia. A palavra escriba significa “contador” e eles eram tão meticolosos na reprodução do texto que contavam as palavras de cada livro e seção. Eles sabiam, por exemplo, que a Torá (Gênesis a Deuteronômio) possuía 400.945 palavras. Seu trabalho de contagem ajudava a garantir a integridade do texto.²⁰

O texto mais confiável do AT que possuímos é o texto massorético, um conjunto de cópias produzidas por escribas conhecidos como “massoretas” que trabalharam entre 500 e 1.000 d.C. A integridade do trabalho dos massoretas foi atestada quando, em 1947, um jovem pastor encontrou papiros escondidos em uma caverna próximo do Mar Morto. Esses papiros, conhecidos como Papiros do Mar Morto ou de Qumran, datam de cerca de

¹⁸ ARNOLD, Bill T. ; BEYER, Bryan E. *Descobrendo o Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p.24-26

¹⁹ Teoria defendida brilhantemente por Campenhausen em sua obra *The formation of the Christian Bible*. Fortress, 1972.

²⁰ ARNOLD, Bill T. ; BEYER, Bryan E. *Descobrendo o Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p.27

100 a.C. e contém partes do AT idênticos ao texto massorético, confirmando assim a integridade dos textos do AT que temos hoje.²¹

Já o texto do NT possui uma comprovada confiabilidade não apenas por que possui muitas cópias bastante antigas, como o fragmento John Rylands que data de cerca de 117 d.C., mas por que existem cópias em uma abundância espantosa. São cerca de 5.700 manuscritos antigos em grego e cerca de 9.000 manuscritos em outras línguas (síriaco, copta, latim, árabe). A obra antiga que possui mais cópias depois do NT é “Ilíada”, atribuída a Homero, com 643 manuscritos.²²

Sendo assim, podemos afirmar com uma tranquilidade infalível que o testemunho dos Antigo e Novo Testamentos são mais confiáveis e íntegros do que qualquer texto clássico antigo, seja de Platão ou Aristóteles.

Canon

A autoridade das Escrituras, tanto do AT quanto do NT, está fortemente arraigada na Inspiração do Espírito Santo. No entanto, como a igreja decidiu que livros eram inspirados e quais não eram? Por que existem alguns livros chamados “apócrifos”? Como se formou o Canon que temos hoje?

Não possuímos relatos históricos sobre os métodos utilizadas pela igreja primitiva para decidir quais livros ela considerou autoritativos. Muito possivelmente a autoridade do autor (apóstolos e testemunhas oculares) tenha influenciado mas alguns livros como a Epístola aos Hebreus não possui um autor explícito e este pode não ter sido o único critério.

Se o Novo Testamento é Inspirado por Deus através da ação do Espírito Santo e tem sua autoridade firmada na pessoa de Jesus Cristo, então finalmente podemos afirmar que a sua forma é o Canon. Ou seja, o Canon é o formato dentro do qual Inspiração e Autoridade se combinam nos livros que foram reconhecidos e listados pela igreja.

Marcião foi o responsável pelo fechamento de um dos primeiros “Canons” de que temos notícia, em meados do século II. Marcião foi um herege gnóstico que ensinava a existência de um deus severo, o do Antigo Testamento, e de um deus amoroso, o do Novo Testamento. Este dois deuses estariam em disputa, e Jesus Cristo era então um enviado do deus bom que havia sido morto por instigação do deus severo. Jesus teria entregado a mensagem da salvação aos apóstolos, mas após a corrupção destes teria levantado então a Paulo: o verdadeiro arauto do evangelho (GUNDRY, 1978, p.62).

Dessa forma, ao fechar a sua lista canônica, Marcião incluiu apenas os livros que ele pensava estarem livres do Antigo Testamento e do judaísmo. Ao lado de algumas epístolas de Paulo, o único evangelho que entrou em sua lista foi Lucas, com um texto cujas passagens que mantinham traços ligados ao judaísmo teriam sido expurgadas (STREETER, 1956, p.6). Mais tarde os valentinianos e antipaulinistas fariam o mesmo, adotando apenas o evangelho de Lucas em detrimento de todos os outros.

Contudo o Canon de Marcião foi rejeitado. A ortodoxia da igreja acabou por receber os quatro evangelhos como testemunhas de Jesus, oficializando o que as comunidades de fé já tinham feito mesmo antes dos concílios eclesiais do séc. IV e V, que de certa forma apenas formalizaram uma lista canônica que já era consideravelmente estável desde meados do séc. II d.C (STREETER, 1956, p.7).

Não há relatos precisos do fechamento do Canon, no entanto a referência mais antiga que se tem sobre o Canon do Novo Testamento como ele hoje se encontra foi registrado em um manuscrito datado do séc. II, que foi descoberto no séc. XVIII pelo sacerdote italiano Ludovico Antonio Muratori. Por causa do nome de seu descobridor, este documento ficou conhecido como Canon Muratório (THIELMAN, 2007, p.61).

A palavra Canon, do grego “kanón” provém na verdade de um antigo termo semítico que significaria inicialmente “cana”, ou “junco”, e que com o tempo passou a ser usado para a cana de medir (BITTENCOURT, 1965, p.21). Outro uso bastante comum era empregar-se “kanón” como sinônimo de “lista, catálogo”, sentido que geralmente é desprezado ou simplesmente omitido por alguns etimólogos (VIELHAUER, 2005, p.803, 804).

Enquanto Bittencourt parece se apoiar na tradução de **kanw,n** como “norma, regra” para afirmar que a Igreja tomou os escritos do Novo Testamento como regra de fé e prática (1965, p.22), Vielhauer entende que somente a segunda tradução é relevante, o que levaria à simples conclusão de que a Igreja primitiva via naquela “lista” de livros o que era por ela reconhecido como livros sagrados (2005, p. 804).

²¹ ARNOLD, Bill T. ; BEYER, Bryan E. *Descobrendo o Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p.27,28

²² GEISLER, Norman L.; TUREK, Frank. *Não tenho fé suficiente para ser ateu*. São Paulo: Editora Vida, 2006, p.230-232

Gregory defende que a comunidade antiga pode ter usado as duas conotações para se referir aos livros sagrados, tanto quanto ao seu status de “norma, regra, padrão”, quanto à “lista” de livros autoritativos (1907, p.20).

No meio dessa disputa por uma definição de qual seria o uso essencial do termo é necessário recordar qual era a postura da comunidade de fé que recebeu os livros autoritativos e os dispôs na lista do Canon. Embora o surgimento do termo **kanw,n** seja ligado oficialmente ao Concílio de Laodicéia do séc. IV, que declarou a lista de 27 livros como o Novo Testamento, o fato é que a origem do Canon está intimamente ligada à decisão das comunidades cristãs primitivas de viver sob a luz e orientação daqueles livros (THIELMAN, 2007, p.36).

Portanto não é a etimologia do termo que define a essência do Canon, seja o sentido de “norma” ou de “lista”, mas a postura das comunidades de fé anteriores aos concílios ao assumirem aqueles escritos como regra de fé e prática em seu conjunto e ordem. Dessa forma, pode se dizer que o Canon é a lista de livros autoritativos nos quais a comunidade de fé tem sua regra de fé e prática.

Neste sentido, a igreja é devedora ao judaísmo quanto ao conceito de Canon. A idéia de um “Canon”, uma seleção exclusiva de livros sagrados para o uso público na adoração é derivada do judaísmo (SOUTER, 1913, p.149). Embora o fechamento do próprio Canon judaico seja ligado ao Concílio de Jâmnia, no final do século I d.C., a pesquisa atual dá bons motivos para crer que as discussões de Jamnia poderiam somente refletir o que já era uma realidade nas comunidades de fé (SANDERS, 1984, p.11), e que portanto a idéia de uma lista de livros autoritativos fosse bastante comum entre os judeus.

No estudo do Canon tem havido constantemente o erro de se igualar os termos “canônico” e “autoritativo”. Segundo Payne “o Canon não é uma lista autoritativa de livros, mas uma lista de livros autoritativos” (HOWLEY; BRUCE; ELLISON, 1969, p.19, tradução nossa). Isto quer dizer que cada livro do Novo Testamento é autoritativo em si mesmo, dada a Inspiração e a autoridade apostólica.

Como já foi dito, embora o termo **kanw,n** com conotações no sentido de “escritos sagrados” apareça oficial e definitivamente como referente à lista de livros do Novo Testamento apenas no Concílio de Laodicéia, em pleno século IV, não temos motivo para duvidar que os concílios e bispos do séc. IV apenas reconheceram de modo oficial aquilo que as comunidades de fé nos séculos passado já haviam feito: adotado aqueles livros como autoritativos e vivido sob a sua luz (THIELMAN, 2007, p.36).

De fato, ao final do primeiro século os livros que mais tarde encerrariam a lista do Canon circulavam separadamente e nem todos eles eram conhecidos da maioria absoluta dos cristãos ao fim do primeiro século. Pelo contrário, é bastante provável que alguns cristãos não conhecessem todos os evangelhos, ou todas as cartas de Paulo (TENNEY, 1984, p. 417). Contudo estes livros possuíam caráter autoritativo para as comunidades que os recebiam mesmo que separadamente, antes que estivessem ligados por uma lista canônica (THIELMAN, 1983, p.402).

Logo, o Canon não tornou os livros autoritativos, mas foi a “decisão da comunidade de receber os livros como autoritativos em seu conteúdo e ordem e viver à sua luz” (GREGORY, 1907, p.17, tradução nossa). Logo, o Canon é a forma que a comunidade deu aos escritos autoritativos, recebendo-os com seu conteúdo, mas formando-os com relação à sua ordem.

É necessário explicitar que se os livros são autoritativos por que seu conteúdo é fruto da Inspiração do Espírito Santo, a moldagem do Canon não pressupõe que a comunidade de fé arranhou as seções e livros como bem entendeu, ao seu bel prazer.

A afirmação de Sanders é contundente neste sentido:

Não poderia Deus na pessoa do Santo Espírito trabalhar com todos os indivíduos nas comunidades de fé, em todos os pontos ao longo do processo canônico, tecendo os textos segundo os propósitos e com a verdade do próprio Deus? (SANDERS, 1984, p.2, tradução nossa).

O mesmo Espírito que trabalhou na Inspiração dos livros autoritativos trabalhou então na comunidade de fé ao longo de todo o processo até o fechamento do Canon em sua forma final. Isto não exclui a participação da comunidade de fé assim como a Inspiração não manipulou simplesmente os autores bíblicos, mas aponta para o fato de que a comunidade de fé antiga moldou o Canon sob a intensa ação do Espírito, o Espírito que permanece sobre a comunidade do Cristo ressuscitado, dando direção e poder.

Logo, o processo canônico seria a moldagem do Canon em sua forma, a disposição de seções e a ordem dos livros, por parte da comunidade de fé sob a ação soberana do Espírito Santo.

Apócrifos

Acomodação em Calvino

João Calvino afirma que a Revelação que Deus faz de si nas Escrituras se deu de maneira progressiva, de tal maneira que “quando a primeira promessa foi feita no princípio a Adão, ele apenas teve como que algumas centelhas para a sua iluminação. De lá para cá, pouco a pouco a luz foi crescendo e aumentando dia após dia, até que o Senhor Jesus Cristo, que é o Sol da justiça, fazendo desvanecer todas as nuvens, iluminou plenamente o mundo”.²³ Os editores da edição de estudo comentam o texto de Calvino da seguinte maneira: “Calvino admite a idéia de uma progressão na revelação através dos séculos. Mas atribui essa progressão às dispensações de Deus, e não, como os evolucionistas modernos, ao desenvolvimento do sentimento religioso de Israel”.²⁴

Metáfora do vidro e da luz em Pregando e Ensinando a partir do VT, p.22

²³ CALVINO, João. As Institutas – Vol. III (Edição Especial para Estudo e Pesquisa). São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.22

²⁴ Idem.